



## O lugar de onde se fala: Uma sociedade escravista no Novo Mundo

Thiago Krause  
Rio de Janeiro

*Descreve o que era realmente naquele tempo a  
Cidade da Bahia de mais enredada por menos confusa*

A cada canto um grande conselheiro,  
Que nos quer governar cabana, e a vinha,  
Não sabem governar sua cozinha,  
E podem governar o mundo inteiro.

Em cada porta um frequentado olheiro,  
Que a vida do vizinho, e da vizinha  
Pesquisa, escuta, espreira, e esquadrinha,  
Para a levar à Praça, e ao Terreiro.

Muitos Mulatos desavergonhados,  
Trazidos pelos pés os homens nobres,  
Posta nas palmas toda a picardia.

Estupendas usuras nos mercados,  
Todos, os que não furtam, muito pobres,  
E eis aqui a cidade da Bahia.

Gregório de Matos (1992: vol. I, 33)

### Introdução

Há muito já se destacou a importância do contexto na interpretação literária, pois «o *externo* (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*» (Candido 2006: 14; grifo em itálico do original). Em um volume que leva por título *Letras na América Portuguesa*, que inclui contribuições escritas majoritariamente por especialistas em literatura, este capítulo pretende oferecer ao leitor subsídios para a compreen-

são desse estranho mundo ao qual pertenciam os autores e leitores dos textos que hoje estudamos, tomando como base a historiografia mais recente.

Começaremos por uma análise da sociedade portuguesa no alvorecer da época moderna, pois foi esse modelo que serviu de inspiração para a colonização do Novo Mundo. Em acréscimo, a elevada desigualdade social então vigente restringiu, com poucas exceções, a possibilidade da escrita aos portugueses e seus descendentes – para não falar da intensa dominação masculina, que limitava consideravelmente a possibilidade da escrita por parte das mulheres (Villalta 2007). Dessa maneira, serão as elites da América Portuguesa o principal objeto desse panorama.

Para facilitar a compreensão do leitor, o texto será dividido em quatro partes: os antecedentes portugueses, a época de conquista e instalação (c. 1530 – 1624), o período de consolidação (1624 – c. 1710) e a fase final de expansão (c. 1710 – 1807). Cada um desses momentos possui características próprias e, mesmo que haja diversos elementos em comum entre eles, as transformações são, como veremos, relevantes o suficiente para analisarmos esses períodos separadamente.

### **Modelo: a estrutura da antiga sociedade portuguesa**

No contexto europeu, o reino lusitano não passava de uma pequena área relativamente pouco povoada, não contando com sequer um milhão e meio de pessoas à época do «numeramento» (uma espécie primitiva de censo) em 1527-32, algo menos do que dois por cento da população europeia à época. À exceção de Lisboa, já uma das maiores cidades do continente com cerca de setenta mil habitantes, havia poucos núcleos urbanos significativos, sendo a população majoritariamente rural. A área de maior densidade demográfica era o Entre Douro e o Minho, de onde partiriam a maior parte dos imigrantes para o Brasil, expulsos pela falta de terras e trabalho. A partir da expansão marítima, em verdade, a imigração portuguesa tornou-se um elemento estrutural dessa sociedade até os dias de hoje (apesar de parcialmente interrompida no último quartel do século XX), como percebeu o poeta Garcia de Resende em sua *Miscelânea e variedade de histórias*, publicada postumamente em 1554:

Vijmos muyto espalhar  
portugueses no viuer,  
brasil, ilhas pouoar,  
& aas Indias yr morar,  
natureza lhes squeecer:

(Resende 1917: 67)

O contraponto desse movimento de saída foi percebido pelo mesmo autor, quando escreveu, logo a seguir:

veemos no reyno metter  
tantos captiuos, crescer,  
& yremse hos naturaes,  
que se assi for, seram mais  
elles que nos, a meu veer.

(Resende 1917: 67)

Os contatos comerciais com a África subsaariana impulsionaram a escravidão, instituição que permanecera mais viva na Península Ibérica do que no restante da Europa, em razão do cativeiro de muçulmanos (Godinho 1971: 11-54). O elevado influxo de africanos escravizados (cerca de 150 mil até 1520) transformou a escravidão num elemento cotidiano de Portugal, especialmente em Lisboa, no Alentejo e no Algarve, onde chegaram a representar entre 7% a 10% da população em meados do século XVI. Por importante que tenha se tornado, porém, a escravidão em Portugal era um apêndice, e não o eixo central que fazia girar sua economia e sociedade, como viria a ocorrer no Brasil (Saunders 1982).

A escravidão e o tráfico que, como veremos, vieram a exercer um papel absolutamente central na história da América Portuguesa, já eram conhecidos no Reino, ainda que numa escala distinta, como elemento auxiliar e não estrutural da reprodução da sociedade portuguesa. À divisão entre livres e escravos somavam-se muitas outras, quase todas em processo de reconfiguração nesse momento de ampliação das atividades comerciais e fortalecimento da monarquia. A antiga distinção entre cristãos e pagãos transformou-se com a conversão forçada dos judeus e muçulmanos em 1496-7, e ainda mais com a escolha desse grupo de cristãos-novos como alvos preferenciais da Inquisição portuguesa (instituída em 1536) e o posterior levantamento das barreiras de limpeza de sangue, que discriminaram os descendentes desses indivíduos durante mais de dois séculos (Olivall 2004).

Ainda mais importante é a distinção entre nobres e plebeus. O privilégio é um elemento central em uma sociedade que se pensava como um corpo,

composta por grupos de funções diferentes, devendo, por isso, ser tratados de forma distinta. A ideia de igualdade perante a lei, tão central nos ordenamentos jurídicos atuais, configurava-se inconcebível em uma sociedade fundada na desigualdade de origem supostamente divina. Devido ao caráter ontológico da desigualdade, fazia-se questão de reiterá-la constantemente através da vestimenta, das formas de tratamento e até das procissões religiosas, que determinavam o lugar das pessoas de acordo com a hierarquia social (Xavier / Hespanha 1997: 113-22). Entretanto, a significativa participação dos homens daquela sociedade no mercado fazia com que a riqueza se tornasse um importante fator de ascensão social, pois «viver à lei da nobreza» com cavalos, criados e terras acabava por transformar alguém em nobre, mesmo que a atividade mercantil fosse vista como vil, assim como qualquer trabalho manual. Assim, riqueza e estatuto social entrelaçavam-se, embora não fossem sempre coincidentes (Soria Mesa 2007: 38-9, 213-5 e 319).

Ao mesmo tempo, a ascensão de uma monarquia impulsionada pelos rendimentos do império (primeiro da África e da Índia, e, já a partir do século XVII, predominantemente do Brasil) permitia aos reis concederem mercês e benesses aos vassalos que melhor lhe servissem, possibilitando tanto a nobilitação de plebeus quanto a ascensão de fidalgos menores a postos destacados na Corte. Talvez tanto quanto o dinheiro (ainda que geralmente como uma etapa posterior ao enriquecimento), o serviço régio potencializava a renovação dos grupos dominantes, mas também assegurava a reprodução do topo da hierarquia, os nobres titulados – que pouco nos interessam aqui, por só terem ido ao Brasil como governadores, ao menos até 1808 (Monteiro 1998).

Mais relevante para nós é o grupo da «gente nobre da governança», as elites provinciais que se vão constituindo nas principais cidades do Reino ao longo do século XVI, geralmente como proprietários de terra (ainda que vários descendessem de mercadores ou contraíssem matrimônio com as suas filhas) que viviam «à lei da nobreza» e, ao controlar as Câmaras, exerciam significativo poder local. Esse grupo, cujo processo de oligarquização passa pela autoidentificação como uma nobreza regional (Coelho / Magalhães 2008: 57), servirá de modelo para as elites que se constituirão no Brasil – inclusive na colaboração entre poder local e central, essencial para uma monarquia pouco dotada de funcionários e de poder de coerção.

Outro estamento do qual não se pode esquecer são os eclesiásticos, pois o letramento fazia parte essencial de sua formação. O sermão era considerado

um gênero literário de primeira monta. Devido à importância da religião na época moderna, os eclesiásticos podiam exercer considerável influência política, gozavam de diversos privilégios e atuavam, decisivamente, na educação formal, quer como professores quer como autores dos livros mais lidos. O Brasil, por exemplo, dependia dos seminários dos jesuítas para ensinar quem se interessasse e dispusesse de recursos suficientes para tal, ao menos até a expulsão dessa ordem, em 1759.

Foi, portanto, dessa sociedade desigual, ciosa de suas diferenças, mas que já estava familiarizada com múltiplos processos de ascensão social, que partiram os homens (e as poucas mulheres) que ocuparam a América Portuguesa a partir da década de 1530, após um período inicial caracterizado por contatos esparsos com os indígenas.

### **Conquista: o nascimento de uma sociedade (c. 1530 – 1624)**

No século XVI, os olhos de Portugal se voltavam para seu império asiático. Assim, a ocupação da América só se iniciou na década de 1530, em reação às incursões francesas no território para comercializar pau-brasil com os nativos. Mesmo então, procurou-se evitar a necessidade de investimentos diretos da Coroa, loteando o território em capitanias distribuídas para membros da pequena nobreza lusitana. Os beneficiados, chamados de donatários, receberiam amplos poderes, tendo em contrapartida a obrigação de ocupar o território.

Entretanto, os conflitos com os indígenas causaram o fracasso da maior parte das capitanias, exceto Pernambuco e São Vicente. Nessas regiões estabeleceram-se laços com grupos indígenas, inclusive matrimoniais, pois diversos portugueses uniram-se, oficial ou informalmente, a filhas dos principais membros desses grupos ameríndios. Em verdade, a escassez quase absoluta de mulheres europeias transformava a miscigenação em um elemento estruturante da nascente sociedade americana. Assim, as mais antigas famílias de elite descendiam dessas uniões mistas (Calmon 1985), como satirizou em dois famosos sonetos Gregório de Matos em finais do século XVII:<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Sobre estes sonetos e a ironia a partir do *genus* (origem), cf. Hansen 2004: 317ss.

*Aos principais da Bahia chamados os Caramurus*

Há cousa como ver um Paiaíá  
Mui prezado de ser Caramuru,  
Descendente de sangue de Tatu,  
Cujo torpe dioma é cobé pá.

A linha feminina é carimá  
Moqueca, pititinga caruru  
Mingau de puba, e vinho de caju  
Pisado num pilão de Piraguá.

A masculina é um Aricobé  
Cuja filha Cobé um branco Paí  
Dormiu no promontório de Passé.

O Branco era um marau, que veio aqui,  
Ela era uma Índia de Maré  
Cobé pá, Aricobé, Cobé Paí.

(Matos 1992: vol. I, 640)

*Ao mesmo assumpto*

Um calção de pindoba a meia zorra  
Camisa de Urucu, mantéu de Arara,  
Em lugar de cotó arco, e taquara,  
Penacho de Guarás em vez de gorra.

Furado o beíço, e sem temor que morra,  
O pai, que lho envazou cuma titara,  
Senão a Mãe, que a pedra lhe aplicara,  
A reprimir-lhe o sangue, que não corra.

Animal sem razão, bruto sem fé,  
Sem mais Leis, que as do gosto, quando erra,  
De Paiaíá virou-se em Abaeté.

Não sei, onçe acabou, ou em que guerra,  
Só sei, que deste Adão de Massapé,  
Procedem os fidalgos desta terra.

(Matos 1992: vol. I, 641)

Em reação ao fracasso da maioria das capitánias, a Coroa instituiu um governo-geral para coordenar o esforço de colonização, atentando especialmente para as áreas na qual a ocupação não se estabilizara. Junto com o primeiro governador, Tomé de Sousa, vieram centenas de artesãos, degredados e outros funcionários régios, assim como os jesuítas, membro da recém-fundada

Companhia de Jesus (Cosentino 2014). Preocupados primeiro com a difícil conversão indígena, mas também com o ainda mais complicado bem-estar espiritual dos colonos, tais religiosos nos legaram vasta correspondência, além de muitos outros escritos diversos.

A constituição de um corpo de funcionários da Coroa, principalmente na Bahia, mas em menor escala também em outras capitanias, assim como o exercício do poder local através das Câmaras municipais, oferecia uma excelente oportunidade de utilizar o poder e os rendimentos desses cargos para se enriquecer, por exemplo, investindo na nascente indústria açucareira. Em consequência, o processo de construção da soberania portuguesa sobre a América (que se estendeu até a segunda década do século XVII e incluiu a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro e do Maranhão) teve como outra face da moeda a constituição de elites locais, cuja colaboração fazia-se essencial para a atuação da monarquia portuguesa no ultramar (Ricupero 2009: 103-205; Fragoso 2001: 44-50) – situação não muito diferente do que ocorria no Reino, como já se notou.

A atividade açucareira, assim como todas as outras nesse território povoado por tão poucos portugueses, dependia da obtenção da mão de obra – composta, nesses anos iniciais, por indígenas, em sua grande maioria escravizados. Desde seu nascimento, portanto, a América Portuguesa constituiu-se como uma sociedade escravista, pois os escravos não só estavam muito mais presentes do que em Portugal como também se tornaram essenciais para a reprodução, em todos os sentidos, daquela sociedade e suas elites nascentes, influenciando nos principais aspectos da vida no Brasil até a abolição. Assim, a quantidade de cativos possuídos constituía elemento determinante da posição social de um indivíduo, pois os cativos produziam riqueza, faziam-se presentes em todos os aspectos da vida privada e pública da América Portuguesa e chegavam a atuar como capangas armados de seus senhores. Não só a riqueza, mas também o poder, portanto, construía-se a partir da escravização de outros seres humanos (Schwartz 1988: 41-73 e 209).

A economia cresceu numa velocidade espantosa entre 1570-1620, especialmente nas áreas centrais de Pernambuco e Bahia, estimulada pelo aumento constante da demanda europeia por açúcar, cada vez mais popular e consumido por camadas crescentes da população do velho continente. A intensa crise demográfica indígena, a percepção de que os africanos seriam mais produtivos (em razão de seu desenraizamento após a travessia forçada do Atlântico) e, em menor escala, os esforços dos jesuítas e as proibições

da Coroa conduziram a uma gradual passagem para o predomínio da escravidão africana (Schwartz 1988: 57-73 e 146-57; Stols 2004). Não se deve esquecer, porém, que em áreas economicamente periféricas a escravidão de população indígena autóctone manteve sua importância ainda por um longo período, como no Rio de Janeiro e, principalmente, em São Paulo (Monteiro 1994).

Nesse contexto, a sociedade formada nas principais capitânicas açucareiras mostrava forte mobilidade, estimulando um acelerado processo de ascensão social de indivíduos que enriqueciam ou no comércio ou na produção açucareira (duas atividades então frequentemente exercidas pelos mesmos homens), assim como um muito assíduo desaparecimento de indivíduos por falência, morte ou migração. A proeminência pertencia, é claro, aos senhores de engenho, em razão de seu poder sobre a terra e sobre os trabalhadores (livres e cativos) e, claro, por terem uma significativa riqueza, ainda que os mais importantes lavradores de cana (proprietários menores, sem capital para construir as fábricas que processavam o açúcar) também pertencessem à elite em constituição (França 1969: 203-17; Mello 2008: 125-53).

Das fileiras dessa açucarocracia saíram vários dos autores que nos legaram escritos, como Frei Vicente do Salvador, com sua importante *História do Brasil*. Nesse período, com frequência a escrita ligava-se ao pedido de honrarias à Coroa, como no caso do senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa, na década de 1580, que escreveu uma descrição da Bahia e das «partes do Brasil» como forma de sensibilizar o governo filipino, após a união das Coroas ibéricas em 1580 (Raminelli 2008: 21-47). As benesses concedidas, em geral, restringiam-se a cargos, poucas vezes assumindo a forma de honrarias nobilitantes, como os hábitos de cavaleiro das Ordens Militares. Assim, por mais que a nobreza fosse um ideal almejado e se procurasse viver «à lei da nobreza», no primeiro século de ocupação os colonos só conseguiam se tornar juridicamente nobres com bastante dificuldade.

Após décadas de pouca atenção ao Atlântico português, a Inquisição decidiu enviar um visitador à Bahia e a Pernambuco em 1591, com o objetivo de perseguir heresias também no Novo Mundo. Para além de um vasto catálogo de práticas sexuais desviantes, blasfêmias e feitiçaria, seu principal alvo foi, tanto na América Portuguesa como no Reino, a cristã-novice, pois os descendentes dos judeus convertidos seriam predispostos por herança e criação a desviar-se da santa fé católica para melhor preservarem os costumes e as crenças mosaicas. Assim, se as primeiras décadas de ocupação



se caracterizaram por convivência relativamente harmônica entre cristãos-novos e velhos, inclusive com muitos casamentos mistos, as duas visitações inquisitoriais (1591-5 e 1618-20) potencializaram a discriminação e o preconceito, embora os dois grupos tenham continuado a interagir de diversas formas, pois se excluía da elite apenas os cristãos-novos mais notórios (isto é, aqueles perseguidos pela Inquisição).

Em suma, a formação da América Portuguesa, nesse primeiro século de ocupação, caracterizou-se por um acelerado processo de ascensão social, pois, em geral, os homens que pertenciam à elite em formação no Novo Mundo não ocupavam posição similar na Europa. Na verdade, era essa ambição que os estimulava a cruzar o Atlântico para desbravar um novo território e escravizar indígenas e africanos. Como escreveu o senhor de engenho Ambrósio Fernandes Brandão, em uma das obras mais icônicas do período, de 1618:

Esses povoadores, que primeiramente vieram a povoar o Brasil, a poucos lanços, pela largueza da terra, deram em ser ricos, e com a riqueza foram logo largando de si a ruim natureza, de que as necessidades e pobreza que padeciam no Reino os fazia usar. E os filhos dos tais, já entronizados com a mesma riqueza e governo da terra, despiram a pele velha, como cobra, usando em tudo de honradíssimos termos, com se ajuntar a isto o haverem vindo depois a este Estado muitos homens nobilíssimos e fidalgos, os quais casaram nele e se liaram em parentesco com os da terra, em forma que se há feito entre todos uma mistura de sangue assaz nobre. (Brandão 1997: 107)

### **Consolidação: reiteração e complexificação (1624 – 1710)**

O fim desse acelerado ciclo de crescimento econômico, por volta de década de 1620, se somou às conquistas holandesas na Bahia (1624-5) e em Pernambuco e capitânicas próximas (1630-54) para mudar o significado da presença portuguesa na América, a qual se dedicava melhor à conservação do que à expansão. Mais ainda, como as regiões do Estado do Brasil conheceram experiências muito distintas nesse quarto de século, o conflito com os neerlandeses é central para compreender as trajetórias divergentes que se desenvolveram na segunda metade do seiscentos.

A presença neerlandesa em Pernambuco caracterizou-se muito mais pela guerra do que pela paz. Mais interessante do que tratar as vicissitudes do conflito, porém, é reconhecer que essa foi uma experiência única de convivência, mesmo que forçada, entre colonos de diferentes origens, não só portugueses e holandeses (para além dos africanos e indígenas), mas tam-

bém castelhanos, italianos, alemães e outros, muitos soldados dos exércitos em combate. Em termos religiosos, a diferença também era impressionante, pois na mesma cidade (Recife, capital do Brasil holandês) podia-se encontrar religiosos católicos cristãos-velhos, pregadores calvinistas holandeses, luteranos alemães, judeus asquenazim e sefarditas – alguns destes recém-convertidos do catolicismo ao qual seus bisavôs tinham sido forçados no final do século XV (Vainfas 2014).

Tal mistura não foi, porém, pacífica, mas teve fortes embates entre os diferentes grupos. Junto à excepcional tolerância oficial disseminava-se intensa intolerância. De modo geral, a ampla maioria dos portugueses que permaneceram sob domínio dos hereges evitou o contato com eles, em razão das diferenças de costume, leis, língua e religião. Se contatos e alianças eram inevitáveis, ocorrendo até uns poucos casamentos entre neerlandeses e luso-brasileiras, a incompatibilidade foi a regra geral, com a conseqüente divisão entre um campo português e um meio rural neerlandês. A dominação dos Países Baixos jamais se consolidou no Brasil, mas, em compensação, nos legou imensa quantidade de testemunhos, tanto do lado ibérico quanto, e principalmente, batavo, o que era de se esperar, considerando tanto a novidade da terra em que se encontravam quanto, e talvez principalmente, o maior letramento de sua sociedade de origem (Mello 2001: 25-40; Melo 2007).

A eventual vitória brasílica na intitulada «Guerra da Liberdade Divina», em 1654, concluindo o conflito iniciado quase nove anos antes, teve profundos efeitos na sociedade pernambucana. A ruralizada açucarocracia pernambucana enfrentou um período de dificuldades econômicas e reagiu fechando-se em copas: recusou-se a incorporar os mercadores que enriqueciam no Recife e controlavam o poder local em Olinda. Este era um burgo arruinado, mas ainda a principal municipalidade da capitania, controlando vasta soma de impostos. Desenvolveu-se, assim, um nativismo exacerbado, pois em Pernambuco a elite arrogava para si todo o mérito da expulsão dos neerlandeses, sentindo-se desprestigiada por não haver obtido da Coroa o tratamento especial a que julgava ter direito. Não passava pela cabeça da monarquia abdicar do controle de uma das suas possessões mais ricas em benefício de um bando de senhores de engenho empobrecidos.

Resultou desse processo a autoafirmação da açucarocracia como uma «nobreza da terra», no modelo das elites provinciais que governavam as principais Câmaras municipais de Portugal. Justificava-se assim seu domínio local – para o que não deve ter sido indiferente a ampla distribuição de

privilégios nobilitantes pela Coroa, em recompensa aos serviços na luta contra os neerlandeses. Assim, a notável flexibilidade da concepção de nobreza em Portugal se elevava a níveis ainda maiores na América, potencializando a ascensão social da elite brasílica (Mello 2008: 89-180; Mello 2012: 25-191; Krause 2012).

Na Bahia, as elites locais garantiam a continuidade da dominação portuguesa na América. Por exemplo, a Câmara Municipal financiou a presença dos milhares de soldados que impediram uma segunda e mais duradoura conquista neerlandesa da capital do Estado do Brasil, como a intentada pelo Conde de Nassau em 1638. O poder local em Salvador assumiu, assim, papel central na defesa do império, contribuindo decisivamente para a conservação da monarquia portuguesa naquele momento crítico, de instauração da nova dinastia de Bragança e de guerra contra a monarquia hispânica. Em paralelo a essa colaboração com a Coroa, a consolidação das famílias mais poderosas da capitania potencializou, a partir de 1640, a transformação da açucarocracia em uma nobreza da terra similar à de Pernambuco, ainda que mais próspera e, conseqüentemente, mais aberta aos imigrantes (inclusive comerciantes), pois não havia enfrentado os traumas de uma prolongada ocupação estrangeira (Smith / Flory 1978; Lenk 2013; Krause 2014a e 2014c).

No Rio de Janeiro, as primeiras famílias estabelecidas em finais do século XVI conseguiram manter controle mais estreito do poder local, talvez devido à menor prosperidade da capitania, a atrair menos imigrantes e gerar transformações econômicas menos abruptas do que nas capitânicas do Nordeste. Seu surto açucareiro de construção de engenhos, por exemplo, só ocorreu entre 1630-50, no mesmo momento em que se consolidou a transição definitiva para a mão de obra africana escravizada, décadas depois de Pernambuco e Bahia passarem por processos análogos (Fragoso 2001).

Apesar de suas diferenças, essas sociedades açucareiras possuíam diversas características em comum. Dentre elas, a mais saliente é a intensa desigualdade, não só entre livres e escravos (os quais geralmente compunham algo em torno de metade a dois terços da população), mas também entre os próprios livres. Essas sociedades eram, sem dúvida, muito mais complexas do que sugere a imagem que opõe (ou integra) a idealizada casa-grande e senzala (Freyre 2006), pois, além da açucarocracia e dos cativos, havia uma ampla camada livre composta por trabalhadores assalariados, agregados, pequenos proprietários, artesãos e comerciantes, possuindo cada um desses grupos, e, inclusive, cada indivíduo, variados níveis econômicos. Mesmo as-

sim, a desigualdade dava o tom predominante, pois tanto o poder quanto a riqueza concentravam-se em uma pequena minoria, enquanto a pobreza se disseminava. A concepção medieval da sociedade como um corpo, trazida de Portugal, naturalizava, porém, tal situação, ao perceber os diferentes grupos sociais como órgãos, com funções e papéis distintos e supostamente imóveis. Assim, a mobilidade social se via de maneira negativa (como denotam diversas sátiras de Gregório de Matos contra os mercadores enriquecidos – Hansen 2004), mesmo que na prática ela fosse muito comum, como se depreende da citação de Fernandes Brandão que fechou a seção anterior.

O «Boca do Inferno» também criticou em diversas sátiras os «mulatos» que, em sua opinião, existiam em número excessivo na Bahia de finais do século XVII. Desde então a mestiçagem tem sido reconhecida como um dos elementos centrais na formação da sociedade e até da mítica identidade brasileira. Entretanto, o que Gregório registrava foi o nascimento de fenômeno correlato, mas ainda mais importante: a lenta ascensão de um estrato de livres de cor. Embora a miscigenação caracterizasse a escravidão lusitana desde seu início, assim como a alforria, o grupo composto por libertos mostrava-se diminuto, mesmo porque a própria manumissão configurava fenômeno relativamente raro no século XVII. Assim, os mulatos e negros livres só começaram a se tornar um grupo minimamente relevante na Bahia e Pernambuco por volta de 1650, mas até a década de 1680 seu peso na hierarquização social permanecia limitado (Krause 2014b). Concomitantemente a esse lento processo de complexificação social, porém, não é difícil de encontrar múltiplos exemplos de racismo, pois a cor funcionava como um poderoso elemento para justificar a discriminação (Raminelli 2015: 207-39).

Ao fim e ao cabo, a América Portuguesa possuía diversas hierarquias herdadas do Reino e transformadas no contexto da escravidão do Novo Mundo, baseadas no nascimento, na religião, na cor, no estilo de vida e, claro, na riqueza. No topo, todavia, todas essas diferentes características convergiam nas mesmas pessoas, socialmente reconhecidas como nobres, cristãs-velhas, brancas e ricas – mesmo que um exame mais detalhado de seus antepassados desvelasse verdades desagradáveis. O mar de subalternos fenotipicamente distintos, primeiro indígenas e depois africanos, transformava todo branco (distinguido por sua própria cor) em um nobre em potencial, potencializando sua ascensão social. Os cativos substituíam o campesinato que estava na base da sociedade portuguesa, permitindo que parcela considerável de europeus aqui radicados realizasse o sonho de não trabalhar com suas próprias

mãos e viver nobremente, segundo o modelo herdado de Portugal. Riqueza e nobreza nem sempre coincidiam no mesmo indivíduo, mas a longo prazo a propriedade tendia a nobilitar, inclusive através das alianças matrimoniais com a elite estabelecida, enquanto era difícil manter-se nobre por muito tempo sem recursos para estimular o estilo de vida correspondente. Em suma, «a sociedade escravista brasileira não foi uma criação do escravismo, mas o resultado da integração da escravidão da grande lavoura com os princípios sociais preexistentes na Europa» (Schwartz 1988: 214).

Apesar de essas reflexões terem sido pensadas para as principais áreas açucareiras da América Portuguesa, também são válidas, com algumas ressalvas, para as áreas periféricas, como o Estado do Grão-Pará e Maranhão e São Paulo. A maior diferença dava-se em razão do domínio da mão de obra indígena, capturada à força no sertão ou oriunda dos aldeamentos jesuíticos, já que a escassez de produtos de exportação implicava a raridade dos escravos africanos, devido a seu alto preço. Assim, essas sociedades possuíam significativa autonomia econômica, já que não dependiam do mercado externo para sua reprodução social. Mesmo assim, possuíam agriculturas comerciais, como o trigo paulista, vendido principalmente para o Rio de Janeiro. As desigualdades foram tão marcadas quanto na Bahia ou em Pernambuco, e mesmo nessas áreas rústicas desenvolveram-se práticas e discursos nobiliárquicos, indicando o vigor do modelo herdado de Portugal (Chambouleyron / Bonifácio / Melo 2010; Monteiro 1994).

O apresamento de índios implicava percorrer grandes extensões do sertão, e desde a segunda metade do quinhentos se aventava a possibilidade de que nesses caminhos percorridos existissem minas. Alguns veios devem ter sido encontrados e talvez até explorados (Vilardaga 2013), mas apenas no contexto de diminuição de arrecadação dos recursos advindos das lavouras nordestinas no último quartel do século XVII – em razão da queda do preço do açúcar ocasionado pela competição caribenha –, a Coroa estimulou os paulistas a encontrar metais preciosos, prometendo-lhes honras e parte dos lucros como recompensa. Assim, a descoberta do ouro foi, «de um lado, um desdobramento das várias tentativas da Coroa portuguesa de sair da crise em que se encontrava e, de outro lado, uma decorrência das ações e dos interesses das elites estabelecidas na América Portuguesa» (Almeida / Oliveira 2014: 282).

As notícias sobre a descoberta aurífera no interior da América Portuguesa produziram intensa corrida migratória. Após período de grande instabi-

lidade, em razão também do frágil abastecimento que gerou fome e depois conflitos entre os paulistas descobridores e os forasteiros (emboabas) vindos do Brasil e de Portugal, por volta de 1710 a Coroa afirmou sua autoridade e a estrutura econômica da região mineradora estabilizou-se (Romero 2008).

### **Expansão: crescimento e desenvolvimento (1710 – 1807)**

O novo século iniciou-se, portanto, sob o signo da mudança, aprofundando alguns processos já em curso e originando outros. Em primeiro lugar, a súbita concentração de milhares de pessoas no interior do centro-sul da América Portuguesa criou vasto mercado para os mais diversos produtos: roupas, objetos de luxo, utensílios, ferramentas e, claro, africanos escravizados. Ao mesmo tempo, o ouro garantia recursos mais do que suficientes para adquirir tais mercadorias, e os altos preços pagos atraíam os vendedores. Em consequência, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco direcionaram tanto parte de sua produção de alimentos quanto dos produtos que recebiam da África e da Europa para atender a essa nova demanda. Até São Paulo ligou-se fortemente a essas novas rotas comerciais, superando o isolamento do século anterior. Em consequência, não só a economia do Estado do Brasil tornou-se muito mais integrada, mas também sua população conheceu excepcional incremento graças à intensificação da migração portuguesa e do tráfico de escravos, passando de algo em torno de duzentos mil habitantes, em finais do século XVII, para talvez três milhões pouco antes da chegada da Corte, em 1808. Em consequência, a América Portuguesa desenvolveu notável dinamismo econômico interno, ainda que suas ligações econômicas com o exterior continuassem a ser fundamentais (Sampaio 2014).

Se, como vimos acima, os comerciantes mais ricos já se inseriam sem muita dificuldade na elite baiana no século XVII, o mesmo não ocorria no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Ocorreram algumas disputas na capitania fluminense, mas o caso mais dramático foi o de Pernambuco, onde a nobreza olindense buscou impedir à força a ascensão dos comerciantes recifenses, na chamada Guerra dos Mascates (denominação advinda do romance homônimo de José de Alencar, de 1871). Não se conseguiu, porém, parar a marcha do tempo: ao fim e ao cabo, a mascataria tornou-se definitivamente parte da elite pernambucana, ainda que a nobreza mantivesse sua ascendência no campo por longo período (Mello 2012: 195-435; Souza 2012).

Em suma, embora os comerciantes ascendessem em termos sociais e políticos no Setecentos, continuaram a conviver com a açucarocracia, dando à elite da América Portuguesa um caráter bipartido – embora a divisão sempre fosse borrada pelas alianças e casamentos entre os dois grupos. A ascensão dos negociantes resultava de fenômeno mais amplo, característico de um mundo atlântico cada vez mais mercantilizado: o aumento da importância da riqueza na hierarquização social. Se durante toda a época moderna o dinheiro criava e reiterava distinções, seu papel conheceu significativo aumento no século XVIII, especialmente porque a monarquia portuguesa, ainda que não vendesse honrarias e títulos como seus vizinhos espanhóis, valorizava cada vez mais os serviços pecuniários de seus vassallos, a auxiliar o rei através de empréstimos e donativos (Raminelli 2015: 103-132).

Em nenhum lugar essas tendências foram mais fortes do que em Minas Gerais, uma sociedade que se constituiu rapidamente graças ao concurso de imigrantes do Brasil, de Portugal e da África. Embora poucos enriquecessem através da mineração, todo o complexo econômico gerado pelo ouro (comércio, agricultura, pecuária, artesanato) deu origem a uma sociedade móvel. Sua elite, composta por aventureiros e arrivistas de múltiplas ocupações e atividades diversificadas, demorará mais de meio século para se sedimentar e formar um grupo minimamente coeso, nascido na terra e ligado entre si por laços de parentesco (Souza 2006: 148-181; Almeida 2010: 127-219).

Esse imenso aumento populacional e enriquecimento das elites do Brasil teve como uma de suas consequências o maior letramento dos filhos de setores dessas elites, mandados a estudar em Coimbra, a única instituição superior de ensino do mundo lusitano. Assim, se entre 1601-1720 somente 473 brasílicos foram à universidade (uma média pouco inferior a 4 por ano), seu número passa para 1152 nos 50 anos seguintes (média anual de 23), atingindo o ápice no quinquênio de 1766-70, quando se matricularam 39,2 estudantes a cada ano. Esta quantidade considerável reduziu-se, porém, para 598 entre 1772-1810 (15 ao ano). Alguns fatores influenciavam a distribuição das matrículas entre as capitanias: riqueza, população e, provavelmente, o grau de sedimentação das elites locais, dispostas a investir considerável soma na formação de seus rebentos (Fonseca 1999). Embora alguns letrados de renome, como o acadêmico, senhor de engenho, coronel e historiador Sebastião da Rocha Pita, não tenham ido estudar no Reino, a necessidade de viajar a Portugal para adquirir formação universitária (essencial para advogar, ascender na carreira eclesiástica ou no serviço régio, todos excelentes

caminhos de ascensão social) ligava as diversas partes do império a Portugal, como se reconheceu explicitamente em alguns momentos da segunda metade do século XVIII (Boschi 1991).

Essa reiteração dos laços entre Portugal e sua possessão americana nos leva à difícil questão do caráter de uma identidade «brasileira» ou, ao menos, «colonial». Embora já em 1641 o futuro cronista do Estado do Brasil Diogo Gomes Carneiro tenha se identificado como «Brasiliense, natural do Rio de Janeiro» no primeiro livro publicado por um natural do Estado do Brasil (Carneiro 1641), ao menos no caso baiano é a partir de finais da década de 1660 que o termo «filhos do Brasil» começa a aparecer com mais frequência na documentação administrativa, quando o procurador da Bahia nas Cortes (o equivalente luso do Parlamento) se arroga o título de Procurador do Estado do Brasil. Posteriormente, na documentação camarária apela-se várias vezes a essa identidade para se pedir mais empenho dos procuradores da municipalidade em Lisboa, como se fez em uma carta de 1674 ao famoso Gregório de Matos (Krause 2015: 318-21).

Não se deve esquecer que nesses mesmos anos ocorriam diversos conflitos dentro das ordens religiosas regulares entre os «filhos do Brasil» e os «filhos do Reino» nas principais capitanias da América Portuguesa, e os leigos por diversas vezes participaram desses embates, de modo que talvez seja daí que se origina esse discurso identitário (Mello 2012: 103-28). Entretanto, qualquer identidade regional permanecia subsumida a uma identidade portuguesa maior, situação especialmente nítida no caso das elites, as quais, como já se disse acima, tinham Portugal como seu modelo (Schwartz 1985). Assim, se a maturação da sociedade luso-americana setecentista conduziu a certo fortalecimento de identidade americana própria, tal ocorreu ainda dentro de uma perspectiva profundamente integradora entre Reino e Brasil (Pimenta 2014), unidos pela monarquia, religião, cultura, comércio e, não menos importante, pelo constante movimento de pessoas pelo Atlântico.

Todos esses elementos permitem a Nuno Monteiro destacar a relação excepcionalmente intensa entre o Brasil e o Reino, que dificultava o crescimento de sentimento identitário que opusesse metrópole e colônia de forma clara e generalizada, como ocorria com o conceito de *criollo* na América Espanhola. Assim, as reformas no reinado de D. José (1750-77), longe de oporem os naturais do Novo Mundo aos do Velho, deixaram intocado e até incentivaram, em algum grau, o protagonismo das elites locais no funcionalismo régio – como se percebe inclusive da trajetória de diversos letrados



brasílicos, a exemplo do poeta Cláudio Manuel da Costa. Também a difusão do pensamento da ilustração fez-se, em geral, de forma que não questionava, mas antes reforçava, o sistema colonial. Nem as conjurações de finais do século XVIII são, em verdade, sinais de sentimento generalizado de insatisfação com o domínio português, como por vezes se quis ver. Se, por um lado, as últimas décadas da centúria assistiram a claras enunciações de um discurso subordinador fundado na concepção do centro metropolitano que deveria dominar sua periferia colonial, há que se refletir sobre sua eficácia prática. Em acréscimo, no contexto das guerras decorrentes da Revolução Francesa e, em especial, da expansão napoleônica pela Europa, formulou-se de forma cada vez explícita que a possessão mais importante da monarquia portuguesa não era o Reino, mas o Brasil, e era ele que deveria ser preservado a qualquer custo – justificando, assim, a travessia atlântica da Família Real quando da invasão francesa de 1807 (Monteiro 2014).

Socialmente, porém, é inegável que Brasil e Portugal distanciavam-se nesse mesmo período. Stuart Schwartz sugere que talvez a percepção de diferença aparecesse de forma mais precoce na plebe mestiça, que se multiplicava no século XVIII (Schwartz 1985: 16). A grande aceleração do tráfico de africanos e a disseminação da propriedade de escravos fizeram com que a alforria se disseminasse na América Portuguesa, pois muitos senhores libertavam seus cativos ou permitiam que eles comprassem sua própria liberdade. Tal mecanismo, longe de ameaçar a ordem escravista, a reforçava, pois estimulava as pessoas escravizadas a obedecerem a seus senhores, com um olho na manumissão futura – perspectiva improvável, mas factível o suficiente para servir como um poderoso instrumento de controle. Produzia-se, assim, uma das maiores especificidades do Brasil no contexto das sociedades escravistas do Novo Mundo: uma imensa população livre de cor, que impressionava os visitantes mas passava quase despercebida para os moradores (Marquese 2006; Lara 2007: 126-72).

Ainda que essa situação tenha se feito presente nas mentes dos letrados da época, é preciso terminar este texto como o comecei: apontando o caráter excludente da sociedade brasílica. Ao fim e ao cabo, o difícil acesso à educação restringia a produção de qualquer escrito que se pudesse qualificar como literário, por parte do mesmo grupo que o faria no Reino: homens, dotados de uma educação clássica (universitária ou não) e membros da elite (nobres ou em processo de alcançarem tal *status*), muitas vezes ligados à monarquia (ou à Igreja, o que não era tão diferente). Entretanto, se desejavam inspirar-

se em Portugal, adotando o Reino e sua literatura como modelo, as especificidades da sociedade escravista muitas vezes se faziam presentes. Como não havia um Brasil antes de meados do século XIX, também não existia uma literatura nacional, mas sim obras que eram tanto americanas quanto portuguesas, exprimindo as ambiguidades de uma sociedade baseada no trabalho de africanos escravizados e seus descendentes, mas cujo ideal encontrava-se do outro lado do Atlântico, bem distante da maior parte da população que circundava – e sustentava – os letrados brasílicos.

## Referências

- Almeida, Carla Maria Carvalho de / Oliveira, Mônica Ribeiro de. «Conquista do centro-sul: fundação da Colônia de Sacramento e o ‘achamento’ das Minas». Em: João Fragoso / Fátima Gouvêa (orgs.). *O Brasil Colonial*, vol. II: 1580-1720. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, 267-334.
- Almeida, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2010.
- Boschi, Caio. «A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais». *Estudos Históricos*, vol. 4, n.º 7, 1991, 100-11.
- Brandão, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. 3.<sup>a</sup> ed. Org. de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1997.
- Calmon, Pedro (ed.). *Introdução e notas ao Catálogo Genealógico das Principais Famílias de Jaboaão*. 2 vols. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1985.
- Candido, Antonio. «Crítica e Sociologia (tentativa de esclarecimento)». Em: Antonio Candido. *Literatura e Sociedade*. 9.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, 13-25.
- Carneiro, Diogo Gomes. *Oração Apodíxica aos cismáticos da Pátria*. Lisboa: Lourenço de Anveres, 1641.
- Chambouleyron, Rafael / Bonifácio, Monique / Melo, Vanice. «Pelos sertões ‘estão todas as utilidades’: trocas e conflitos no sertão amazônico (século XVII)». *Revista de História (USP)*, 162, 2010, 13-49.

- Coelho, Maria Helena da Cruz / Magalhães, Joaquim Romero. *O poder conceitual das origens às cortes constituintes*. 2.<sup>a</sup> ed. rev. Coimbra: CEFA, 2008.
- Cosentino, Francisco. «Construindo o Estado do Brasil: instituições, poderes locais e poderes centrais». Em: João Fragoso / Fátima Gouvêa Fátima (orgs.). *O Brasil Colonial*, vol. 1: 1443-1580. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, 521-86.
- Fonseca, Fernando Taveira da. «Scientiae thesaurus mirabilis: estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra (1601-1850)». *Revista Portuguesa de História*, 33, 1999, 527-59.
- Fragoso, João. «A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)». Em: João Fragoso / Fátima Gouvêa / Fernanda Bicalho (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, 29-73.
- França, Eduardo d'Oliveira. «Engenhos, Colonização e Cristãos-Novos na Bahia colonial». Em: *Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*, 1969, 181-241.
- Freyre, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51.<sup>a</sup> ed. rev. São Paulo: Global, 2006.
- Godinho, Vitorino Magalhães. *A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1971.
- Hansen, João Adolfo. *A Sátira e o Engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. 2.<sup>a</sup> ed. rev. São Paulo / Campinas: Ateliê / Ed. UNICAMP, 2004.
- Krause, Thiago. *Em Busca da Honra: a remuneração dos serviços da guerra holandesa e os hábitos das Ordens Militares (Bahia e Pernambuco, 1641-1683)*. São Paulo: Annablume, 2012.
- Krause, Thiago. «De homens da governança à primeira nobreza: vocabulário social e transformações estamentais na Bahia seiscentista». *Revista de História (USP)*, 170, 2014a, 201-232.
- Krause, Thiago. «Compadrio e escravidão na Bahia seiscentista». *Afro-Ásia*, 50, 2014b, 199-228.

- Krause, Thiago. «Comunicação política e fiscalidade: a Bahia e a Coroa no século XVII». *Anais de História do Além-Mar*, vol. XV, 2014c, 337-372.
- Krause, Thiago. *A Formação de uma Nobreza Ultramarina: Coroa e elites locais na Bahia seiscentista*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2015.
- Lara, Sílvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- Lenk, Wolfgang. *Guerra e Pacto Colonial: a Bahia contra o Brasil Holandês (1624-1654)*. São Paulo: Alameda, 2013.
- Marquese, Rafael. «A Dinâmica da Escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX». *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 74, 2006, 107-26.
- Matos, Gregório de. *Obra poética*. Dois volumes. Edição de James Amado. Preparação e notas de Emanuel Araújo. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- Mello, Evaldo Cabral de. *A ferida de Narciso: ensaio de história regional*. São Paulo: SENAC, 2001.
- Mello, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. 3.ª ed. rev. São Paulo: Editora 34, 2012.
- Mello, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3.ª ed. rev. São Paulo: Alameda, 2008.
- Mello, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e cultura do norte do Brasil*. 5.ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks/Universidade, 2007.
- Monteiro, John. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- Monteiro, Nuno Gonçalo. «Poder Senhorial, Estatuto Nobiliárquico e Aristocracia» Em: José Mattoso (dir.) / António Hespanha (ed.). *História de Portugal*, vol. IV: *O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1998, 297-338.

- Monteiro, Nuno Gonçalo. «As reformas na monarquia pluricontinental portuguesa: de Pombal a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho». Em: João Fragoso / Fátima Gouvêa (orgs.). *O Brasil Colonial*, vol. III: 1720-1821. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, 111-56.
- Olival, Fernanda. «Rigor e interesse: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal». *Cadernos de estudos sefarditas*, n.º 4, 2004, 151-82.
- Pimenta, João Paulo Garrido. «Literatura e condição colonial na América portuguesa (Século XVIII)». Em: João Fragoso / Fátima Gouvêa (org.). *O Brasil Colonial*, vol. 3: 1720-1821. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, 595-634.
- Raminelli, Ronald. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e o governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.
- Raminelli, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.
- Resende, Garcia de. *Miscellanea e variedade de historias, costumes, casos, e cousas que em seu tempo aconteceram*. Com prefácio e notas de Mendes dos Remédios. Coimbra: França Amado Editor, 1917.
- Ricupero, Rodrigo. *A formação da elite colonial: Brasil, c. 1530 – c. 1630*. São Paulo: Alameda, 2009.
- Romeiro, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- Sampaio, Antônio Carlos Jucá de. «A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade coloniais no século XVIII». Em: João Fragoso / Fátima Gouvêa (org.). *O Brasil Colonial*, vol. 3: 1720-1821. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, 307-38.
- Saunders, A. C. *A social history of black slaves in Portugal, 1441-1555*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- Schwartz, Stuart. «The formation of a colonial identity in Brazil». Em: Nicholas Canny / Anthony Pagden (eds.). *Colonial identity in the Atlantic World, 1500-1800*. Princeton: Princeton University Press, 1985, 11-50.

- Schwartz, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- Smith, David Grant / Flory, Rae. «Bahian Merchants and Planters in the Seventeenth and Early Eighteenth Centuries». *The Hispanic American Historical Review*, vol. 58, n.º 4, 1978, 571-94.
- Soria Mesa, Enrique. *La nobleza en la España moderna: cambio y continuidad*. Madrid: Marcial Pons, 2007.
- Souza, George Cabral de. «A gente da governança do Recife colonial: perfil de uma elite local na América Portuguesa (1710-1822)». Em: João Fragoso / Antônio Carlos Jucá de Sampaio (orgs.). *Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso: séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012, 51-86.
- Souza, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- Stols, Eddy. «The expansion of the sugar market in Western Europe». Em: Stuart Schwartz (ed.). *Tropical Babylons: sugar and the making of the Atlantic World, 1450-1680*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004, 237-88.
- Vainfas, Ronaldo. «Tempo dos flamengos: a experiência colonial holandesa». Em: João Fragoso / Fátima Gouvêa (orgs.). *O Brasil Colonial*, vol. II: 1580-1720. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, 227-66.
- Vilardaga, José Carlos. «As controvertidas minas de São Paulo (1550-1650)». *Varia Historia*, vol. 29, n.º 51, 2013, 795-815.
- Villalta, Luiz Carlos. «Ler, escrever, bibliotecas e estratificação social». Em: Luiz Carlos Villalta / Maria Efigênci Resende (orgs.). *Histórias de Minas Gerais: as Minas setecentistas*, vol. II. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, 289-311.
- Xavier, Ângela Barreto / Hespanha, António Manuel. «A representação da sociedade e do poder». Em: José Mattoso (dir.); António Hespanha (ed.). *História de Portugal*, vol. 4: *O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1998, 113-32.